

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Canção à Cidade: Alicerces, permeabilidades e transcurros do imaginário popular urbano.

Ana Gonçalves.

Cita:

Ana Gonçalves (2009). *Canção à Cidade: Alicerces, permeabilidades e transcurros do imaginário popular urbano*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/437>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Canção à Cidade: Alicerces, permeabilidades e transcurros do imaginário popular urbano

Ana Gonçalves

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
ana.goncalves@ics.ul.pt

Introdução

Sociedade sem música é realidade inimaginável. A omnipresença da matéria sonora não significará, no entanto, que a música seja arte atemporal, socialmente descontextualizada. Aliás, uma das suas características é precisamente a adstrição ao âmbito sociocultural que a produz, ao contexto histórico-geográfico de que resulta. Não só a música é uma expressão codificada do “espírito de uma época, de um lugar, de um grupo social” — variará de um período histórico para outro, de uma sociedade para outra, de um segmento social para outro —, como dialecticamente intervém nas suas configuração e confirmação.

De entre a multiplicidade de contextos sociais da vida contemporânea, as cidades, malgrado a sua natureza mais ou menos instável enquanto substância territorial mas também como objecto de pensamento e acção, têm sido quase que univocamente consideradas um dos principais e dos mais complexos (Bagnasco e Galès 2000: 6).

É portanto sem surpresa que se constata que a música folclórica urbana, sendo uma componente essencial dos eventos culturais e recreativos das cidades, tenha vindo a merecer estudo detalhado e continuado. Trata-se de uma expressão musical que, tendo especificidades estruturais e funcionais que a diferenciam das outras, se constitui como enunciação que surge da cidade e que se propõe elaborar simbolicamente o que nela se efabula ter vivido e/ou se pode ou desejaria viver.

Mais especificamente, as canções sobre cidades, sendo marginais na globalidade das canções, desempenham um papel interessante no entendimento da experiência e da imaginação urbanas: através delas ganham contorno e robustez as estruturas mais imateriais e intangíveis dos espaços citadinos (socorremo-nos aqui da visão dualística que percepção as identidades territoriais, as memórias colectivas, as representações simbólicas e a vivência quotidiana, como componentes mais abstractas da urbanidade por oposição à materialidade e à fisicalidade da cidade edificada e infraestruturada através das políticas, do planeamento e das intervenções públicas e privadas em chão urbano).

Assim, se entendidas enquanto expressão performativa — sonora e literária — que evoca e organiza discursos, ideários e imaginários sobre a cidade, as Grandes Marchas de Lisboa adquirem um renovado interesse. Porque peças poético-musicais integrantes do espectáculo urbano das Marchas Populares de Lisboa, um dos eventos culturais axiais dos festejos municipais de Junho, iniciado no decorrer do século XX, cujo mote é a cidade e suas “tradições”, o espólio das mais de quatro dezenas de canções possibilita uma óptica transversal e diacrónica sobre uma parcela específica do imaginário urbano de Lisboa ao longo das últimas sete décadas e (quase) meia.

Com o propósito final de avaliar o vínculo entre espaço concreto e espaço imaginado, detectar persistências e mudanças no poliédrico conjunto de elementos associados nesta canção popular à cidade de Lisboa e assinalar os principais arquétipos urbanos nela

tematizados (e.g., centro da metrópole colonial, até 1974; cidade aberta, na actualidade; e cidade de bairros, em ambos os períodos), procederam-se análises lexical e de conteúdo das (até à data) quarenta e três letras de Grandes Marchas, cujos resultados só parcialmente aqui se dão a conhecer.

O popular, o poder e o entretenimento de massas urbanos na génese das Grandes Marchas de Lisboa

As Grandes Marchas de Lisboa podem ser consideradas um espécime poético-musical folclórico de origem e motivo urbanos criado por iniciativa municipal em 1935.¹ Efectivamente esta canção urbana surgiu como uma inovação introduzida pela Comissão Executiva das Festas de Lisboa de 1935 na sequência do processo de municipalização, que teve início um ano antes, do concurso das Marchas Populares de Lisboa, um entretenimento de massas, cujo formato combinou desde a origem uma competição inter-bairrista com um cortejo folclórico nocturno de cariz urbano, criado sob encomenda do director do recinto de espectáculos Parque Mayer com o fim de programar a oferta cultural numa das então mais recentes salas de espectáculo da capital portuguesa, o Teatro Capitólio (estreado em 1931).²

“Nas festas de 1935 há um número extraordinário, ‘Marcha de Lisboa’, [...] igual para todas as Marchas, que o ensaiarão e depois se cantará em conjunto. A instrumentação dos papéis para este número é fornecida pela Câmara, a quem pertence a propriedade da mesma ‘Marcha de Lisboa’.

Cada Marcha pode ter 6 a 10 músicos no seu cavaleiro. Os versos para esta ‘Marcha’ são iguais para todas as Marchas de todos os bairros, e são fornecidos pela Câmara.” (Câmara Municipal de Lisboa, 1935, s/pag.).

¹ Não será displicente o facto de nos anos 30 do século XX se encontrar em fase de afirmação o projecto ideológico e propagandístico do regime estadonovista (Rosas, 2001:1031), a mais longa ditadura europeia de direita no século XX (Pinto, 1999: 15), e em fase de formação o movimento folclorístico português que conhecerá nas décadas de 40 e 50 expressão nacional considerável (Vasconcelos, 2001: 399 e 403).

² Opto por não desenvolver aqui o enquadramento histórico deste espectáculo/concurso de matriz urbana, remetendo os interessados neste assunto para a bibliografia que discute as teses apresentadas como contrárias ou compatíveis da espontaneidade popular e da dominação cultural na sua génese (em particular, Carvalho em Comissão Consultiva das Festas de 1990, 1991: 26-55; Cordeiro, 1995: 38-147; Costa, 1997: 154; Melo, 2001, 278-294; Pinto, 2004:17-66).

À semelhança do ocorrido no ano anterior, o município lisboeta propõe-se assumir em 1935 a organização e o patrocínio de um espectáculo urbano cujas primeiras edições, de iniciativa privada, haviam sido um sucesso — devendo-o em parte ao facto de se firmarem numa reelaboração de alguns culturemas populares com tradição na cidade³ — e, por extensão, apresenta uma iniciativa musical original que permite a produção e a promoção estratégicas dum dado repertório de imaginários da cidade de Lisboa, com o objectivo de cultivar a educação e a propaganda do *sentimento municipalista*, num período particular da história da capital portuguesa, então palco político, económico, social e cultural onde interagiam e se hibridizavam memórias e experiências camponesas e urbanas, desígnios nacionais e pretensões imperiais.

Esta canção, consistindo um notável exemplo de inovação cultural, foi projectada com o propósito de ser uma componente emblemática e unificadora no contexto duma competição folclórica entre alguns das mais carismáticas unidades residenciais da cidade, o que lhe reserva funções de hino urbano e de género coreográfico.

As autoridades locais persistiram, desde o início até à actualidade, num controlo, numa rigidificação e numa estandardização do seu formato, o que dá bem conta do seu relevo para a política local e nacional, porque incluída numa acção ideológica concertada que em muito a transcende, como de resto se percebe pelos motivos de naturezas diversas apresentados pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa para retomar a iniciativa dos festejos de 1934:

“Perante os resultados obtidos em 1934, a Câmara Municipal não hesitou em promover este ano a realização de um novo ciclo de Festas da Cidade. É que, na verdade, e ultrapassando as expectativas mais optimistas, os benefícios que se colheram de semelhante iniciativa e o geral aplauso com que ela foi recebida impuseram, a bem da Cidade, a sua repetição. Benefícios que se evidenciaram, sobretudo, na intensificação das actividades comerciais e industriais, na

³ Segundo Ruben de Carvalho, a radicação popular destas primeiras edições das Marchas verifica-se em três pontos essenciais: “a) a utilização do momento festivo popular e urbano da noite de Santo António; b) a tradição dos arraiais populares e eventuais deslocações colectivas para os mais concorridos; c) o referencial carnavalesco de algumas folias, seja no seu aspecto iconográfico e popular, seja na componente bairrista da sua origem” (Comissão Consultiva das Festas de 1990, 1991: 34).

valorização da Capital aos olhos de numerosíssimos visitantes nacionais e estrangeiros, nas lições culturais e nos espectáculos de pitoresco proporcionados a todas as camadas da população, — e, o que mais importa, na atenuação, embora momentânea, da crise de desemprego que aflige entre nós, como em tôda a parte, as classes trabalhadoras, — elas eram de molde a aconselhar ao Município a renovação de um esforço que Lisboa acolheu com simpatia” (Câmara Municipal de Lisboa, 1936: 244).

Em síntese, é no quadro ideológico do salazarismo, em articulação com a política cultural do poder estatal central, que o município lisboeta promove e estimula a capacidade estratégica de imaginar a cidade, mobilizando um largo espectro de atenções e acções na esfera pública em torno da sua definição, da sua natureza e das suas qualidades, amplificado pelas redes de comunicação de massas (radiodifusão, teledifusão, cinedifusão), o que tem efectivamente um potencial inestimável no quadro da moderna governança urbana.

No entanto, no decorrer do século XX ocorreram enormes transformações que tiveram implicações na forma de conceber, representar, celebrar as urbes europeias. Entre 1900 e 2000 sucederam-se guerras, revoluções, desmembramento de impérios, processos de democratização, integração na União Europeia e globalização, bem como uma série de outras mudanças multifacetadas trazida pela urbanização, modernização e secularização das sociedades europeias, o que se traduziu num novo estatuto nacional e internacional das suas cidades.

No Portugal do século XX, o acto político do 25 de Abril de 1974 — revolução que depôs o regime autoritário e conservador de direita e que levou à derrocada do império colonial português — consistiu num marco praticamente consensual de viragem da sociedade portuguesa.

Apesar dalgumas vacilações na transição de um para outro período (cf. figura 1), esta mudança sociopolítica não se traduziu numa descontinuidade fatal desta forma expressiva da cultura popular urbana e a partir de 1988 é retomada ininterruptamente até à actualidade.

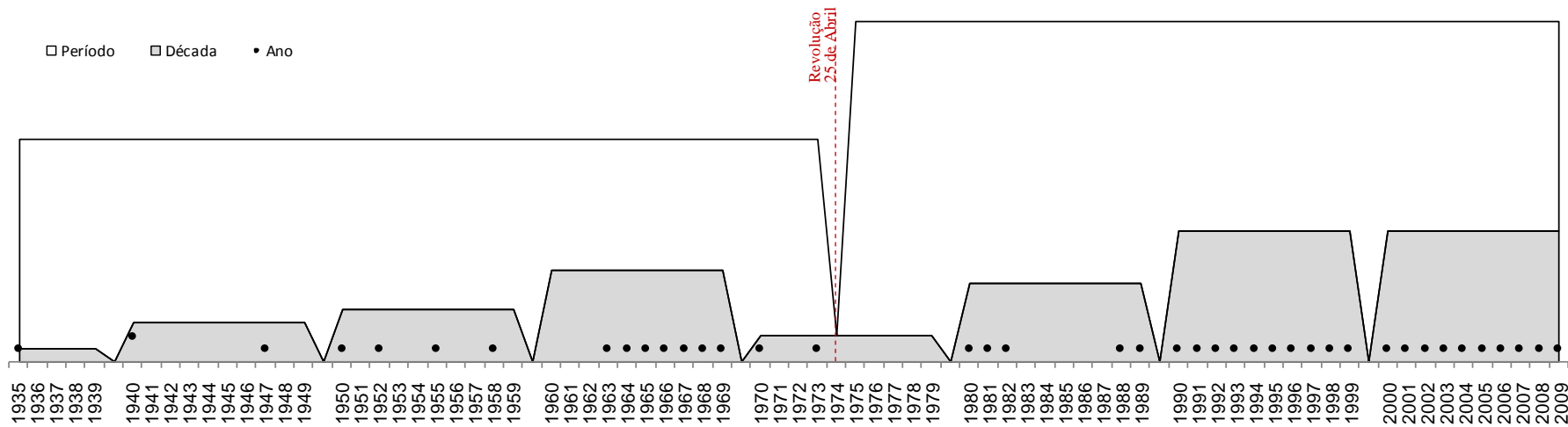


Figura 1: Frequência das *Grandes Marchas de Lisboa* por ano, década e período (1935-2009)

Estáticas e dinâmicas do imaginário urbano nas letras das Grandes Marchas de Lisboa

Podemos, como Marc Augé, perguntar o que o acontece se as condições da simbolização se alteram? (Augé, 1998[1997]: 9). Haverá qualquer coisa de palimpsesto na [i]matéria simbólica duma cidade quando se reformam contexto político (da autarcia à democracia) ou projecto urbano (de *capital da metrópole colonial* a *capital euro-atlântica*)? Afinal, que se infere ou pode inferir de um produto específico da cultura popular urbana acerca da natureza particular e versátil da cidade? Ou, invés, que concepção ou projecto de cidade é ou pode ser incorporado numa singular prática expressiva e performática de Lisboa? Foi este rol de perguntas que animou a exploração do conteúdo das letras das Grandes Marchas.

Sendo as Grandes Marchas de Lisboa contemporâneas do arranque da fase por excelência de folclorização, espectacularização e esteticização da cultura popular empreendida pelo Estado Novo e duma nova fase de refolclorização, iniciada na década de 80, suportada pela emergência à escala global das identidades, do multiculturalismo, da transnacionalização e da localização, não deverá surpreender nelas o protagonismo hegemónico do elemento popular. Esta canção urbana contribui de forma assinalável para a patrimonialização e emblematização das culturas vernaculares da urbe, acolhendo representações e imagens que ligam e sobrepõem cidade, povo e tradição. É neste quadro que se inscreve no imaginário urbano um conjunto de signos idiossincráticos de forma persistente ao longo do século XX e no primeiro decénio do século XXI.

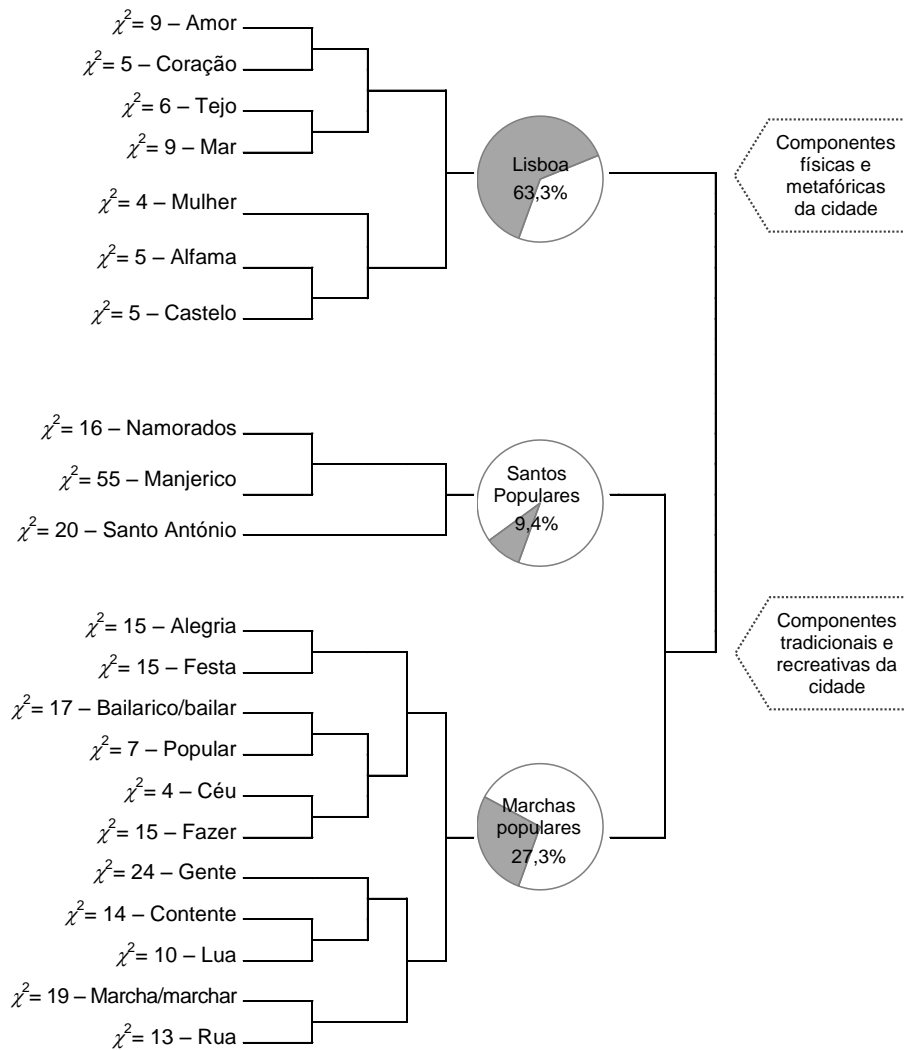


Figura 2: Dendrograma das classes de homogeneidade semântica (a partir do relatório de análise do ALCESTE[©])

A partir da análise quantitativa dos dados textuais das Grandes Marchas de Lisboa, construída com recurso ao programa informático ALCESTE^{©4}, destacam-se duas componentes essenciais:

⁴ O programa informático ALCESTE[©] desenvolve uma análise lexical com base na co-ocorrência de palavras em segmentos de texto, permitindo detectar a organização tópica de um discurso. Para se proceder à análise com recurso a este programa informático foi necessário preparar o *corpus* das 43 letras das Grandes Marchas de Lisboa, fazendo corresponder cada letra a uma Unidades de Contexto Inicial (UCI) diferenciada. A partir da segmentação das UCI em Unidades de Contexto Elementar (UCE) — em função do volume dos dados textuais e respeitando a pontuação —, o programa gera a classificação do *corpus* em classes. Cada classe é, por sua vez, composta por várias UCE, segundo a distribuição do vocabulário nelas presente, a sua frequência e o qui-quadrado, que mede o grau com que cada palavra se associa à respectiva classe.

Em primeiro lugar, os *elementos físicos e metafóricos* associados a Lisboa (63% das UCE):

- a) a cidade de Lisboa revela-se umbilical e amorosamente ligada à sua condição portuária, ribeirinha (banhada pelo estuário do rio Tejo) e marítima (nas proximidades do oceano Atlântico);
- b) os sítios genéticos da cidade, como o Castelo de São Jorge e o bairro de Alfama, num certo sentido entidades metonímicas da própria Lisboa, surgem como os pontos nodais da ancoragem identitária;
- c) a cidade, mais do que um lugar, é reificada nas letras das Grandes Marchas como pessoa (e muito particularmente como mulher): a cidade tem o seu próprio corpo, a sua individualidade, a sua personalidade (traços de carácter), a sua biografia.

Em segundo lugar os que se relacionam com *elementos tradicionais e recreativos* da cidade (36,7% das U.C.E.):

- a) o destaque do tempo extra-ordinário (lúdico, festivo, nocturno) — sobretudo o mês de Junho, período das comemorações dos Santos Populares — e o decalque do quotidiano (útil, laboral, diurno);
- b) a sobreapreciação da esfera pública e da função relacional, recreacional, convivial da cidade, para a qual muito contribui o próprio ritual das Marchas Populares de Lisboa;
- c) a cidade é galvanizada, celebrada, domesticada, exceptuada de riscos e conflitos, emancipada do grotesco, da anomia, do anonimato, da impessoalidade das relações sociais, desempenhando um invulgar suporte para a diferenciação sociocultural e a afirmação de identidades pessoais e colectivas.

Se é verdade que a escala privilegiada em ambos os períodos submetidos a análise é a municipal, como facilmente se confirma na Tabela 1 — i.e., Lisboa é, nas letras das Grandes Marchas, parcamente incluída noutros contextos (metropolitano, nacional, regional, global), aparentando fraca (inter)conectividade com outros lugares geograficamente próximos ou longínquos —, não deixam de conter referências concretas a elementos supra e infra-cidade.

Escala	Supra-cidade		Cidade		Infra-cidade		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Até 1974	10	4,65	126	58,61	79	36,74	215	100,00
Após 1974	7	2,85	158	64,23	81	32,93	246	100,00
Total	17	3,69	284	61,61	160	34,71	461	100,00

Tabela 1: Frequência de referências a subjectividades geográficas concretas (agregadas por escala) nas letras das Grandes Marchas de Lisboa, por período (ante/pós 1974)

De facto, só imprudentemente se poderá conceber monotópica uma qualquer comunidade urbana, à qual certamente não corresponderá uma totalidade localizada e limitada, de contornos precisos e claros, de conteúdos invariáveis e ininterruptos. Resultará, antes, duma panóplia diversa de colectivos instituídos, cujas funções, formas e sentidos se encontram em perpétua disputa, negociação, (re)elaboração, (re)definição, assumindo protagonismos diferenciados em épocas distintas (cf. figuras 3, 4 e 5).

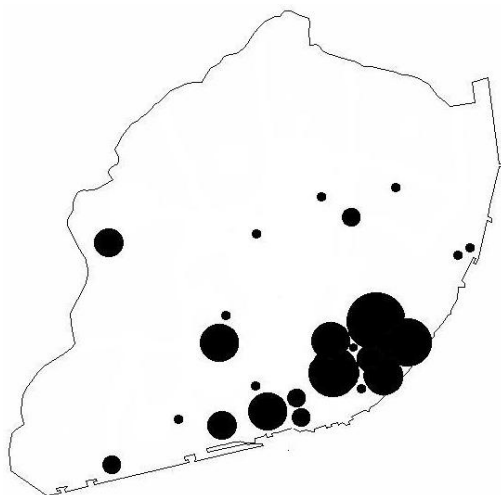


Figura 3: Localização relativa e frequência das referências a subjectividades territoriais concretas nas letras das Grandes Marchas de Lisboa no período ante-1974

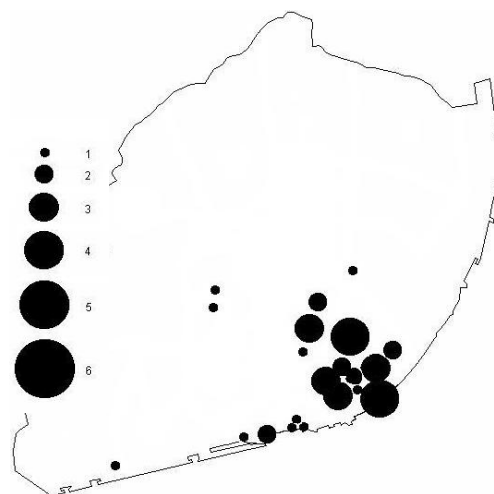


Figura 4: Localização relativa e frequência das referências a subjectividades territoriais concretas nas letras das Grandes Marchas de Lisboa no período pós-1974

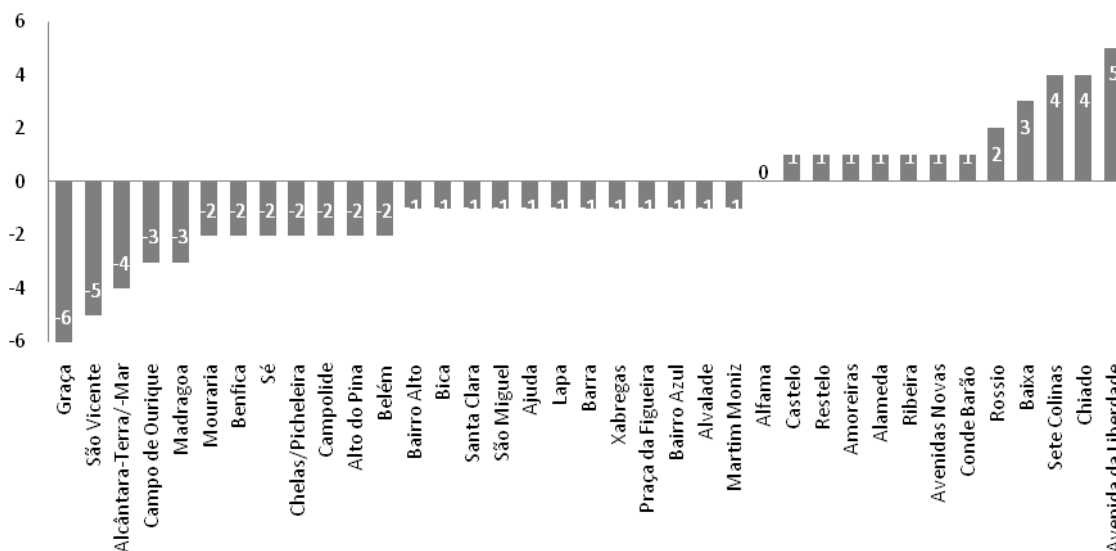


Figura 5: Variação das referências a subjectividades territoriais concretas nas letras das Grandes Marchas de Lisboa nos períodos ante/pós-1974

Para finalizar, talvez uma das reconfigurações simbólicas mais expressivas esteja relacionada com a profunda alteração do significado da localização estratégica da cidade no mundo que a queda do império colonial impôs.

Com meio século de distância entre si, as Letras das Grandes Marchas de 1955 e de 2005 denunciam-no. Uma e outra remetem a cidade de Lisboa para um contexto global, mas esses contextos expressam tempos e realidades diferentes e, por mimese, resultam em panorâmicas sobre configurações distintas da mesmíssima cidade: *Lisboa, capital do império colonial* ou *Lisboa, cidade aberta* (inscrita nas e atravessada pelas redes transnacionais de fluxos migratórios).

“Nas airosas caravelas,
Tempo após, com génio profundo,
Cruz sangrando sobre as velas
— Portugal dilatou o mundo!

E a Lisboa ribeirinha,
Ao impor sua cruz na guerra,
Foi então a gentil rainha
Ante a qual se curvou a Terra.”

João da Silva Tavares, *Esta Lisboa Bendita*, 1955.

“Mas digam lá...
Onde há no mundo uma mistura
mais mestiça?
Venham provar a nossa
bela caldeirada!
Com fado e funaná
Ginjinha, vodka e guaraná
Lisboa é vida, é capital
não está parada!”

Eugénio Lopes e Luís Miguel Viterbo, *A Marcha mais Alegre da Avenida*, 2005.

Breve nota conclusiva

É assinalável o trajecto da emergência à ubiquidade que a temática dos imaginários urbanos conheceu nos últimos decénios no âmbito do campo transdisciplinar dos estudos urbanos. Em síntese, os imaginários urbanos consistem em elaborações simbólicas sociohistóricas que procuram sintetizar a totalidade inapreensível que é a cidade (de que são produto e factor) nas quais interferem aspectos do real mas também avaliações, idealizações e efabulações da ordem do não observável. Cidade e imaginário são, desta forma, co-constitutivos, encontrando-se entre ambos manifestações correlatas e até contemporâneas, ainda que não absolutamente coincidentes ou miméticas (Canclini, 1997).

Marcha-se neste texto ao encontro duma certa ideação da cidade, simulacro de si própria, ilusória, outra coisa senão fantasmagoria do urbano, provavelmente só existente por um momento breve (ainda que cíclico) e performático.

Acresce que a legibilidade da sua complexidade não parece isenta de obstáculos, surgindo-nos ora imobilista ora instável, ora coesa ora fragmentária, ora tangível ora intangível, ora urbana ora antiurbana, ora real ora surreal, ora estilística ora prosaica.

Referências bibliográficas:

- Canclini, Néstor García (1997), *Imagários Urbanos*, Buenos Aires, Eudeba.
- Câmara Municipal de Lisboa (1935), *Marchas Populares dos Bairros: Programa Completo*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Câmara Municipal de Lisboa (1936), *Anuário da Câmara Municipal de Lisboa: Ano I – 1935, Volume 1: A Actuação Camarária*, Lisboa, Oficinas Tipográficas dos Serviços Industriais da Câmara Municipal de Lisboa.
- Cordeiro, Graça Índias (1996). *Um Bairro no Coração da Cidade. Um Estudo Antropológico sobre a Construção Social de um Bairro Típico em Lisboa*. Lisboa, ISCTE [texto policopiado].
- Costa, António Firmino da (1997), *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta Editora.
- Comissão Consultiva das Festas de 1990 (1991), *Festas de Lisboa: Relatório da Comissão Consultiva das Festas de Lisboa de 1990*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Melo, Daniel (2001). *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Pinto, António Costa (1999). “Le salazarisme et le fascisme européen”, *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, 62, pp. 15-25.
- Pinto, João Ricardo da Silva (2004). *Marchas Populares de Lisboa: A Performance musical na identidade bairrista*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa [texto policopiado].
- Rosas, Fernando (2001). “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”. *Análise Social*, XXXV (157), pp. 1031-1054.
- Vasconcelos, João (2001). “Estéticas e políticas do folclore”. *Análise Social*, XXXVI (158-159), pp. 399-433.